

## ENCONTRO

# JUIZADOS ESPECIAIS

Colégio de Magistrados reúne-se para melhorar a integração do sistema

O XV Encontro do Colégio de Magistrados dos Juizados Especiais da Bahia reunirá nesta segunda-feira, das 9 às 18 horas, no auditório do TJ, cerca de 80 juizes da capital e do interior que atuam nos JEs para debater temas como a natureza do crime ambiental e a possibilidade de lesão corporal leve e culposa decorrente de erro médico deixar de ser da competência dos Juizados Criminais.

Na área cível, serão discutidos e votados multa cominatória (valor, prazo e execução), falta de cumprimento contratual (dano moral, provas e perícia) e despejo para uso próprio em locação não-residencial. Para a presidente do Colégio, desembargadora Ivete Caldas, os encontros são importantes para uniformizar decisões, promovendo, assim, melhor integração do sistema.

Além dos debates, estão programadas palestras do juiz José Francisco de Oliveira Almeida, sobre o projeto Câmara de Sentença e o último Fonaje (realizado em maio no Maranhão), e da juíza Jaqueline Andrade Campos Régis, que vai falar da competência dos JEs nos crimes de lesão corporal de menor potencial resultantes de falha médica. Haverá ainda uma apresentação do programa de terminais de autoatendimento do Sistema Projudi, feita por técnicos da Itaotec. ■

**Homenagens  
na Semana do  
Magistrado**  
(Pág. 4)

Nei Pinto



Presidente chega à fundação e destaca o trabalho social realizado

## Lar Harmonia

A presidente Sílvia Zarif ressaltou ontem à noite, em palestra na Fundação Lar Harmonia, o espírito público e o amor com que a entidade atende dezenas de crianças e pais, com ensino convencional e profissionalizante, alimentação, cestas básicas e assistência médico-odontológica.

Ela afirmou que facilitar o acesso de todas as camadas da sociedade, especialmente as menos favorecidas, aos serviços da Justiça é uma das prioridades do Tribunal e lembrou que o Lar Harmonia abriga uma unidade dos Balcões de Justiça, que é um dos instrumentos das ações de cunho social desenvolvidas pelo TJ.

## EMBARGOS DA ASSEMBLEIA



O Tribunal Pleno (foto) acolheu, ontem, por maioria, embargos de declaração interpostos pela Assembleia Legislativa e declarou a nulidade do julgamento que concedeu mandado de segurança ao antigo PFL determinando que a distribuição proporcional dos cargos nas comissões da Casa fosse feita com base na data da eleição. O processo será distribuído para outro relator e será novamente sentenciado.

Em voto vista, a desembargadora Maria Marta Kara-

oglan Martins Abreu divergiu do relator do acórdão, desembargador Eserval Rocha, afirmando que o julgamento anterior carecia de quórum qualificado, que não existiu, porque afastou uma norma da Constituição Estadual, reproduzida no regimento interno da Assembleia. Afirmou ainda que a distribuição de cargos prevê deputados eleitos e empossados, e não apenas diplomados. A sessão foi dirigida pela presidente Sílvia Zarif.

Diego Mascarenhas

## Transferência

Estão abertas até o dia 28, no Protocolo do TJ, as inscrições de juizes da entrância final para habilitação à transferência, pelo critério de antiguidade, para a 25ª Vara dos Feitos Relativos às Relações de Consumo, Cíveis e Comerciais da Comarca de Salvador. O Edital 125/2009, que estabelece os critérios para a transferência foi publicado no DJE do último dia 13.



A SEMANA

SESSÃO DISCUTE APLICABILIDADE DA LEI MARIA DA PENHA



Nei Pinto

A desembargadora Ivete Caldas representou o Tribunal de Justiça na sessão especial da Câmara dos Vereadores que tratou da aplicabilidade da Lei Maria da Penha **(foto)**, discutindo o descumprimento da lei por juízes e promotores em todo o País sob a alegação de ser discriminatória em relação aos homens e, por isso, inconstitucional.

Também foi debatido o projeto de lei que reforma o Código de Processo Penal, em tramitação no Senado. Participaram da

sessão o promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios Fausto Rodrigues de Lima, a promotora de Justiça Márcia Teixeira, a defensora pública Firmiane Venâncio, a titular da Delegacia de Atendimento à Mulher de Brotas, Cely Carlos, a representante da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência, Francisca Schiavo, e a presidente da Comissão de Mulheres da Assembleia Legislativa da Bahia, deputada Neusa Cadore, entre outros.

Meta 8 do CNJ

Em atendimento à Meta 8 do CNJ, todos os magistrados devem se cadastrar até 31 de dezembro nos sistemas de informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais – o Bacenjud, o Renajud e o Infoseg.

Para se cadastrar é preciso preencher o formulário disponível no site do TJ nas seções “Bacenjud”, “Renajud” e “Infoseg”, à esquerda, e enviá-lo ao fax (71) 3372-5078. Mais informações pelo telefone (71) 3372-5076.

O Bacenjud é um sistema de comunicação entre o Judiciário e instituições financeiras por meio do Banco Central que permite ao magistrado enviar requisições de informações e ordens de bloqueio, desbloqueio de contas e transferência de valores.

Com o Renajud, sistema ligado ao Denatran, o magistrado pode emitir ordens de restrição de veículos cadastrados no Renavam em tempo real.

Já a rede Infoseg integra os bancos de dados dos órgãos de segurança pública, justiça e fiscalização municipais, estaduais e federais. Os usuários podem obter informações sobre veículos e condutores, armas, processos e inquéritos, entre outras.

Nei Pinto

BAIANO EMPOSSADO NO CNMP



O procurador de Justiça Achiles de Jesus Siquara Filho **(foto)** é o primeiro baiano eleito membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e já foi escolhido pelos novos integrantes do colegiado para presidir a Comissão de Planejamento Estratégico e Acompanhamento Legislativo do órgão, que tem atribuição de controlar e fiscalizar a atuação administrativa e financeira dos MPs e o

cumprimento dos deveres funcionais de seus membros.

Achiles Siquara foi procurador-geral de Justiça da Bahia por duas vezes consecutivas, no período de 2002 a 2006, e presidiu a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), de 1996 a 2000, e o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPGE), de 2003 a 2004.

Palestra sobre mediação

Com objetivo de ampliar os conhecimentos e a aplicação das técnicas em mediação, o TJ promove, no próximo dia 25, a palestra “O Poder Judiciário e os métodos de resolução de disputas”, com o professor e juiz Roberto Bacellar **(foto abaixo)**, que vai fazer um panorama sobre o Judiciário, o processo de mediação e os métodos autocompositivos de resolução de disputas.

A promoção tem vagas limitadas e será no auditório do Tribunal, das 8:30h às 11 horas, aberta aos magistrados, servidores, assessores, estudantes e interessados, que deverão se inscrever no site do TJ, na seção “Destakes”.



Divulgação

Igualdade

A Comissão Nacional de Promoção da Igualdade do Conselho Federal da OAB, Sílvia Nascimento, convidou a presidente do TJ para o I Seminário Sul-americano de Promoção da Igualdade, a ser realizado nos dias 19, 20 e 21, em Salvador, com o tema “A África e a América do Sul no Brasil”. O evento reunirá estudantes, operadores de Direito e a sociedade em geral para discutir questões sobre raça e etnia, entre outras.

Treinamento

O treinamento para cerca de 100 servidores, advogados e alunos envolvidos no programa Balcões de Justiça e Cidadania, na capital e no interior, começa neste sábado, às 8 horas, no auditório da Faculdade Ruy Barbosa, e vai até as 18 horas. Na oportunidade, será lançado um concurso de estudo de casos e o Balcão vencedor ganhará livros jurídicos. No dia 29, será dado seguimento às atividades da turma.

No mesmo dia, à tarde, começa a sexta turma do curso de Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação, com o juiz André Gomma de Azevedo, voltado para 40 magistrados previamente cadastrados.

Os juízes dessa turma estão inscritos automaticamente na palestra do professor Roberto Bacellar, parte do conteúdo programático do curso.



## MP do Consumidor

A presidente Sílvia Zarif foi convidada pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo a participar do 9º Congresso Nacional do Ministério Público do Consumidor, que tem como tema central “Código de Defesa do Consumidor como Instrumento de Cidadania” e acontece dos dias 26 a 28, no Centro de Convenções do município de Vila Velha.

À solenidade de abertura, às 19 horas do dia 26, segue-se palestra da doutora em ciências jurídicas e sociais Ada Pellegrini Grinover sobre “Unificação Processual Coletiva”.

Para realizar inscrição, obter mais informações e ter acesso à programação completa, o interessado deve acessar o site [www.visioneventos-es.com.br](http://www.visioneventos-es.com.br).

## Núcleo Itinerante de Psicologia

O Núcleo Itinerante, programa do Núcleo de Psicologia e Assistência do TJ, retomou as atividades visitando o 4º Juizado Especial Cível de Causas Comuns, no Bonfim, devendo percorrer os 14 Juizados Especiais em Salvador para divulgar os serviços e realizar atendimentos.

O trabalho, iniciado no Juizado Especial do Detran, em julho, vai das 9 às 17 horas em cada unidade. A próxima a ser visitada é o Juizado Modelo Especial Cível Extensão Ucsal, no dia 24 de agosto.

O Núcleo planeja encerrar a primeira fase de visitas até o final do ano, passando depois para as comarcas próximas a Salvador.

## AGILIZAR PROCESSOS FISCAIS



Diego Mascarenhas

O procurador-geral do Estado, Rui Moraes Cruz, e a procuradora-geral adjunta, Joselita Leão (**foto**), levaram à presidente Sílvia Zarif propostas de medidas para a agilização dos processos fiscais.

Entre as medidas apresentadas estão a viabilização de leilões unificados entre o Tribunal de Justiça, a Secretaria da Fazenda e a PGE e a desig-

nação de duas Varas da Fazenda Pública para tratarem de processos fiscais.

Segundo o procurador, são sugestões para uma finalização mais célere e simplificada dos processos. “Temos o número expressivo de 65 mil execuções fiscais em curso e as propostas visam a uma redução significativa desse quantitativo”, disse.

## Protocolo unificado

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados (Caab), José Amando Júnior, e o procurador jurídico da entidade, Bruno Torres (**foto abaixo**), estiveram no TJ para apresentar proposta de unificação do protocolo de advocacia para as jurisdições estaduais e federais.

A centralização das jurisdições no recebimento de petições incidentais e recursos facilitará o acesso a mecanismos mais rápidos. A iniciativa é uma parceria entre a Caab e OAB-BA e deve fixar endereço nas proximidades do Fórum Ruy Barbosa.



Diego Mascarenhas

## Boa utilização da voz

A doutora em fonoaudiologia Sílvia Pinho (**foto**) fez a palestra “A Voz no Topo da Performance”, especialmente para magistrados, em clima de informação e descontração, no auditório do TJ.

“O que se fala tem que ser compatível com o gesto”, disse a fonoaudióloga ao iniciar a palestra, passando a explicações sobre o uso do diafragma e das cordas vocais e a interferência do andar sobre a voz humana. Em seguida, convidou os participantes a realizarem exercícios para pequena avaliação.

Formada pela Unifesp, com mestrado e doutorado em Distúrbios da Comunicação Humana, Sílvia Pinho falou ainda de posturas corpo-



rais adequadas em agrupamentos sociais, técnicas para aumento da resistência vocal, utilização da voz como instrumento de persuasão e boa utilização da voz ao falar em público.

Diego Mascarenhas

## ESTUDANTES VISITAM O TJ

Alunos do curso de Direito da Faculdade Ruy Barbosa e da FTE visitaram o Tribunal de Justiça (**foto**), dentro do programa “Conhecendo o Judiciário”, e ouviram o desembargador Antonio Pessoa Cardoso, que falou da agilidade do Judiciário norte-americano e fez comparações com o sistema brasileiro.

Os estudantes tiveram também um encontro com Nerivaldo Almeida, advogado integrante da Ouvidoria Geral do TJ, que explicou com descontração as atribuições e o funcionamento do órgão, que atende a reclamações e solicitações de agilização de processos.



Nei Pinto

## Convênio

O procurador-chefe da Procuradoria Federal na Bahia, Frederico Cezário Castro de Souza, propôs à presidente Sílvia Zarif um convênio para postagem de citações e intimações em processos de interesse das autarquias e fundações públicas federais em tramitação no TJ. A medida não acarretaria ônus ao Tribunal e dispensaria as diligências, agilizando o andamento dos feitos.

MAGISTRADOS

# DIREITOS COMUNS

Presidente do TJ diz que juízes devem lutar pelo interesse geral da classe

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Sílvia Zarif, conclamou os juízes a lutarem por direitos comuns e interesses gerais da classe e pela autonomia do Poder Judiciário,

Federal e com o Banco do Brasil para financiamento de imóveis a taxas mais acessíveis, sonho antigo de servidores e magistrados.

A presidente dividiu a mesa dos trabalhos com o diretor da

A Semana do Magistrado foi aberta com a solenidade de inauguração da galeria de fotos dos ex-diretores da Emab, da qual consta a desembargadora Silva Zarif.

A programação contou ain-

DOCUMENTO

## Manifesto da cidadania

Os juízes membros da Comissão de Direitos Humanos da AMB entregaram, na última quarta-feira, o Manifesto pela Cidadania, que defende o direito de voto dos presos provisórios, ao presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Britto, e uma proposta de criação de coordenações de direitos humanos nos tribunais estaduais ao presidente do CNJ, ministro Gilmar Mendes.

De acordo com o juiz Gerivaldo Alves Neiva, diretor de Direitos Humanos da Amab, presente ao encontro, a intenção é que o TSE apoie a campanha pela regularização do direito ao voto dos presos provisórios, assegurado pela Constituição.

Quanto à criação de uma coordenação de direitos humanos nos tribunais, que será estudada pelo CNJ, a ideia é que o setor assessor o tribunal nas questões pertinentes, disponha de um banco de dados e dissemine as discussões sobre o tema.

No dia anterior à entrega dos documentos, a Comissão de Direitos Humanos da AMB reuniu-se na sede da entidade.

O encontro foi iniciado com exposição do vice-presidente de Direitos Humanos da AMB, juiz João Ricardo dos Santos Costa, que fez um relato das últimas atividades da Comissão, destacando a inclusão do projeto de lei que regulariza as ações coletivas no II Pacto Republicano, que deve ser votado pelo Congresso este ano.

Para o juiz Gerivaldo Alves Neiva, a coletivização dos conflitos do consumidor poderá beneficiar muitos cidadãos ao permitir o julgamento de diversos conflitos numa única ação.

Na reunião foi decidido o lançamento em 2010 da “Revista de Cultura e Direitos Humanos”, que terá como tema central a influência do negro na cultura brasileira. O juiz Ednaldo César, de Sergipe, falou do andamento do projeto de lei que dispõe sobre os efeitos jurídicos das decisões de órgãos internacionais de proteção aos direitos humanos. A próxima reunião da Comissão será durante o XX Congresso Brasileiro de Magistrados, de 29 a 31 de outubro, em São Paulo.

Fotos: Nei Pinto



Os juízes participaram de várias atividades da programação pelo Dia do Magistrado

ao falar na abertura da 1ª Jornada da Magistratura, promovida pela Associação dos Magistrados da Bahia (Amab), no Hotel Fiesta, em parceria com a Escola de Magistrados da Bahia (Emab), dentro das atividades da Semana do Magistrado.

Ela citou os recentes convênios firmados pelo Tribunal de Justiça com a Caixa Econômica

Emab, juiz Rosalvo Augusto Vieira da Silva, o juiz de Direito Ricardo Schmitt, o juiz federal Fábio Roque Araújo, e o vice-prefeito e professor, Edvaldo Brito.

Os desembargadores Sinésio Cabral Filho e Maria do Socorro Barreto Santiago e o presidente da Amab, Ubiratã Pizzani, estiveram presentes.

da com o espetáculo “Áfrika”, apresentado pelo Balé do Teatro Castro Alves, na sede do teatro, com promoção da Amab e do TJ pela passagem do Dia do Magistrado, comemorado em 11 de agosto, e um coquetel oferecido aos presentes.

As atividades foram finalizadas no sábado, na sede social da Amab.

UGs

## Aquisição de cartucho e toner

A Gerência de Suprimento e Patrimônio do Ipraj informa a todas as unidades gestoras que já é possível fazer diretamente a aquisição e a recarga de cartuchos de tintas e toners para impressoras, bastando seguir o procedimento que já adotam para a compra de qualquer outro material de consumo. A medida objetiva dar

mais agilidade ao atendimento das demandas locais, diminuindo a dependência da autarquia.

Como se trata de uma dispensa de licitação, o limite para aquisição é R\$ 5,6 mil. A GSP relembra, ainda, que as unidades gestoras devem ficar atentas ao real consumo para evitar desperdícios, uma vez que cartuchos e toners têm prazo de validade. ■



Menor dependência do Ipraj



## CONCILIAÇÃO

# APOIO DAS FACULDADES

**A** Comissão Permanente de Planejamento e Execução do Movimento pela Conciliação (Coppemc) reuniu-se com representantes de faculdades da capital e interior do Estado, na última quarta-feira, para estimular a participação dos estudantes de Direito nas Semanas Nacionais da Conciliação. Este ano serão dois eventos, de 14 a 18 de setembro, e em dezembro, em data a ser definida pelo CNJ.

O assessor da Presidência II, juiz Augusto de Lima Bispo, alertou para o cumprimento da Meta 2 do CNJ, que determina a todos os tribunais do País a conclusão, até o final do ano, dos processos protocolados até 31 de dezembro de 2005.

Amanhã a Coppemc falará sobre o Movimento pela Conciliação nas faculdades de 21 polos regionais do interior do Estado, em viagem que se estenderá durante toda a próxima semana. As inscrições dos voluntários nas Semanas da Conciliação deverão ser feitas diretamente na unidade judiciária na qual desejam participar, com o supervisor responsável pelo evento do local. Mais informações pelo telefone (71) 3372-5078 ou e-mail conciliar@tjba.jus.br.

**CONSELHOS** – O prefeito de Ibiassucê, Héilton Alves Cardoso, após conhecer o projeto dos Conselhos Municipais de Conciliação, disse que pretende implantá-lo assim que obtiver autorização da Câmara de Vereadores.

Para ele, a instalação de um conselho na cidade de 14 mil habitantes, vai evitar que a população se desloque cerca de 30 km até Caculé, sede da comarca, para buscar os serviços da Justiça.

Com o objetivo de ampliar o acesso à Justiça nos municípios que não são sede de comarca, o projeto já despertou o interesse de 70 entre os 138 que se encontram nesta situação.

Os conselhos têm competência em causas cíveis de valor superior a 20 salários mínimos, e de família, desde que os demandantes estejam acompanhados por advogados. ■

A Coppemc conclama estudantes a participarem das Semanas Nacionais



A reunião com representantes das instituições de ensino foi realizada na sede do Tribunal

## SEGURANÇA

# NOVO SISTEMA



Depois da instalação, começa a etapa de configuração do sistema

**A** maior parte dos equipamentos do novo projeto de segurança e controle de acesso já foi instalada no edifício-sede do TJ, no Fórum Ruy Barbosa e anexo, no Fórum Criminal, no Ipraj e na antiga sede da autarquia (Sussuarana) que futuramente abrigará as Varas Criminais da capital.

Mais de 370 câmeras, 37

catracas eletrônicas para acesso de pedestres, 20 portais detectores e 12 cancelas para acesso de veículos, além de esteiras rolantes de raio X, para facilitar a identificação do conteúdo de bolsas, pastas e sacolas, fazem parte do sistema de segurança do Judiciário na capital baiana.

As esteiras de raio X são os únicos equipamentos que ainda

não começaram a ser instalados, mas a expectativa é que o processo esteja concluído até o final do mês. Os Juizados e o NAJ contarão com câmeras.

Outro equipamento de segurança, a Central de Monitoramento do TJ teve a instalação iniciada e vai funcionar no subsolo do edifício-sede, interligando todas as câmeras de vigilância instaladas no Tribunal, Ipraj e no prédio de Sussuarana. O Fórum Ruy Barbosa também vai contar com uma central de monitoramento.

Concluída a fase de instalação dos equipamentos, a empresa contratada vai iniciar a etapa de configuração do software, parametrização do sistema e testes de utilização dos aparelhos. A minuta do decreto com as regras para acesso aos prédios do Poder Judiciário já está pronta e foi encaminhada à Diretoria Geral do TJ para apreciação.

O processo licitatório para contratação da equipe que vai trabalhar nos prédios está em andamento e a previsão é que, até o final de setembro, o sistema de segurança e controle de acesso esteja em pleno funcionamento. ■

Diego Mascarenhas

Nel Pinto

SERVIÇOS

BALCÕES DE JUSTIÇA E CIDADANIA

Unidades da capital

- **ÁGUAS CLARAS**  
Rua do Matadouro, nº 250 (Conselho de Moradores e Círculo Vizinho)  
– Telefone: 3309-7890
- **BAIRRO DA PAZ**  
Rua da Resistência, nº 197, 1º andar (Santa Casa da Misericórdia)  
– Telefone: 3368-0337
- **BOCA DO RIO**  
Rua Simões Filho, nº 995 (Igreja Metodista, após o Hotel São Marcos)  
– Telefone: 3371-0879
- **CAJAZEIRAS X - SAC**  
Estrada do Coqueiro Grande, s/n, Fazenda Grande III  
– Telefone: 3219-0106/0800715353 - Horário de atendimento: 8 às 14 horas
- **CASTELO BRANCO**  
Rua A, s/nº, 3ª Etapa (Centro Social Urbano, ao lado da Colônia Lafayette Coutinho) – Telefone: 3395-3776
- **ENGOMADEIRA**  
Rua Direta da Engomadeira, nº 309 (Comunidade Ascensão do Senhor)  
– Telefone: 3384-0553
- **FEDERAÇÃO**  
Rua Pedro Gama, s/nº (Centro Social Urbano, próximo à TV Aratu e Irdeb)  
– Telefone: 3117-6767
- **GARIBALDI**  
Praça Lord Cochrane, s/nº, Centro Comunitário Batista Clériston Andrade (Cecom) – Telefone: 3235-8184
- **IMBUÍ**  
Av. Luiz Viana Filho, nº 3172 (FTE) – Telefone: 2106-3911
- **ITAPAGIPE**  
Av. Tiradentes, nº 301, Largo do Papagaio, Caminho de Areia  
– Telefone: 3314-5136
- **ITAPUÃ**  
Av. Dorival Caymmi, s/nº (nova feira – Administração Regional da Prefeitura X) – Telefone: 3375-0193
- **LIBERDADE**  
Rua Lima e Silva, nº 100 (Centro Social Urbano) – Telefone: 3241-8718

- Horário de atendimento: 8:30h às 12:30h e 13:30h às 17:30h
- **LOBATO**  
14º CIPM, Conjunto Joanes Centro-Oeste, Subúrbio (em frente ao Colégio Aílton Pinto) – Telefone: 3215-1494
  - **MUSSURUNGA**  
Av. Paralela, Setor E, Rua 1, s/nº, Conjunto Habitacional URBIS (Centro Social Urbano) – Telefones: 3376-4256
  - **NORDESTE DE AMARALINA**  
Rua Alto da Alegria, s/nº, Beco da Cultura (Viva Nordeste)  
– Telefone: 3248-5468
  - **PAU DA LIMA**
    - Praça Nossa Senhora Auxiliadora, nº 42 (fim de linha)  
– Telefone: 3213-1000
    - Rua Jaime Vieira Lima, nº 104 (Lar Fabiano de Cristo - Mansão do Caminho) – Telefones: 3393-2263/5672
  - **PELOURINHO**  
Lg. do Cruzeiro do S. Francisco, nº 82 – Telefones: 3321-0098/9779
  - **PERNAMBUE**  
Rua Tomaz Gonzaga, nº 150 (Centro Social Urbano)  
– Telefone: 3431-0785
  - **PIATÁ**  
Rua da Fazenda, nº 560 (Lar Harmonia) – Telefone: 3286-7796
  - **PLATAFORMA**  
Praça São Braz, nº 14 (Associação de Moradores de Plataforma, ao lado da Igreja São Braz) – Telefone: 3218-0782
  - **SÃO CAETANO**  
Rua Aristóteles Góes, s/nº, Centro Batista Comunitário São Caetano (CBCOM) – Telefone: 3304-5384
  - **SUSSUARANA VELHA**  
Rua Antônio Freitas, nº 200 (em frente à Cesta do Povo) – Telefone: 3306-9893
  - **TANCREDO NEVES**  
Rua Bahia, nº 85, 1º andar (ao lado da Igreja Católica do Espírito Santo)  
– Telefone: 3230-3646
  - **VALÉRIA**  
Rua Boca da Mata, s/nº (Centro Social Urbano) – Telefone: 3301-7169
- \* Horário de atendimento: das 13:30 às 17:30h**

Unidades do interior

- **BARREIRAS**
- **CRAS** – Morada da Lua de Baixo– Rua Herculano Faria, nº 596  
– Telefone: (77) 3611-1427
- **CRAS** – Santa Luzia – Rua Coelho Neto, nº 380  
– Telefone: (77) 3612-2126
- **CRAS** – Conjunto Habitacional Rio Grande – Rua Andorinha, nº 55  
– Telefone: (77) 3611-2105
- **CRAS** – Vila dos Funcionários – Rua C, nº 168  
– Telefone: (77) 3612-1969
- **CRAS** – Av. Clériston Andrade, nº 1111, Centro (Fasb)  
– Telefone: (77) 3612-2658
- **CAMAÇARI**
  - Rua 2 de maio, nº 100, Bairro 2 de julho – Telefone: (71) 3622-2696
  - Rua Marechal Floriano Peixoto, s/n, (Casa da Família), Parafuso  
– Telefone: (71) 3621-3666
- **CANDEIAS**  
Praça Irmã Dulce, Posto do SAC – Telefone: (71) 3601-5379
- **CÍCERO DANTAS**  
Endereço provisório: Rua Juvelino Pereira dos Santos, s/n, 1º andar, Centro (antigo prédio da Secretaria de Ação Social)
- **CONCEIÇÃO DO COITÉ**  
Rua Pedro Ferreira da Silva, nº 36, 1º andar, Centro – Telefone: (75) 3262-1328
- **CORRENTINA**  
Praça Monsenhor André Berenos, s/n, (Biblioteca Municipal)  
– Telefone: (77) 3488-2134
- **FEIRA DE SANTANA**
- **Fazenda do Menor** – Rua Senador Quintino s/nº, Aviário (Fundação de Apoio ao Menor – Famfes) – Telefone: (75) 3221-8144

- **Queimadinha** – Rua Aloísio Resende, nº 388 (Casa de Atendimento Sócio-Educativa Almir Castro) – Telefone: (75) 3623-5536
- **Kalilândia** – Av. Maria Quitéria, nº 2116 (Faculdade Nobre)  
– Telefone: (75) 3623-4120
- **ILHÉUS**  
Rodovia Pontal-Oliveira, s/nº, Km 2,5, Jardim Atlântico II (Faculdade de Ilhéus) – Telefones: (73) 3632-1732/1941
- **ITAMBÉ**  
Rua Heróis de Copacabana, s/nº, Centro (antiga Escola Teixeira de Freitas) – Telefone: (77) 3432-2524
- **LAURO DE FREITAS**
- **Areia Branca** – Rua 2 de Julho, s/nº, Administração Regional de Areia Branca – Telefone: (71) 3291-8809
- **Itinga** – Rua São Cristóvão, s/nº (após a Praça do Caranguejo, próximo à Ceasa) – Telefone: (71) 3251-8144
- **SÃO GONÇALO DOS CAMPOS**  
Av. Hannibal Pedreira, nº 5, prédio da Associação de Proteção à Infância à Adolescência – Aspria (em frente ao Fórum Ministro João Mendes) – Telefone: (75) 3246-1081
- **TEIXEIRA DE FREITAS**  
Faculdade do Sul da Bahia – Faseb, Rua Graciliano Viana, nº 156, Bela Vista – Telefone: (73) 3011-7004
- **VALENÇA**  
Pç. Conselheiro Baltazar, nº 28, Centro – Telefone: (75) 3641-3633/3335
- **VITÓRIA DA CONQUISTA**
  - Rua A, Prolongamento da Av. Deraldo Mendes, nº 1.383, Urbis II (Centro Social Urbano) – Telefone: (77) 3426-9464
  - Av. Getúlio Vargas, nº 61, Praça Gerson Sales, Alto do Maron  
– Telefone: (77) 3422-3926
  - Pç. Santo Antônio, nº 78, Recreio (Núcleo de Prática Jurídica da Fainor) - Telefones: (77) 3161-1000/99767129

OPINIÃO

Não existe intimação por e-mail

A Lei 11.419/2006 (Lei de Informatização do Processo Judicial), em vigor desde março de 2007, não criou o chamado processo eletrônico. O mesmo já existia e já era praticado por diversos tribunais, a exemplo dos Juizados Virtuais da Justiça Federal e do Tribunal Superior do Trabalho. Na verdade, a lei veio tanto para validar algumas práticas como para alterar outras, e este é o caso da intimação por e-mail (correio eletrônico), prática que a lei extinguiu.

Em seu art. 5, a LIP trata do portal de intimações do advogado, disciplinando seu funcionamento, a exemplo da intimação automática (§3º), que é quando o advogado deixa de ler a intimação recebida por um prazo de dez dias, contados do dia do seu recebimento no portal. Após esse prazo, a intimação se dá como lida – leitura automática – e o prazo começa, então, a correr normalmente. Necessário frisar que não há alteração de prazos, mas sim um termo inicial para a contagem

do prazo, termo esse que pode ser abreviado pelo advogado caso ele leia a intimação antes dos dez dias, hipótese em que a intimação será considerada realizada no dia da leitura e o prazo começará a contar no dia seguinte, conforme a regra processual habitual.

Outra regra trazida pelo art. 5º é a que trata do e-mail de aviso (§4º), que é justamente a causa de muita confusão por aqueles que desconhecem o texto legal e lidam com processos digitais. Tal dispositivo não disciplina a intimação por e-mail, já que a intimação se dará no portal de intimações (*caput*). O que ficou ali determinado é que os advogados podem optar por receber um e-mail de aviso, de caráter meramente informativo, toda vez que receberem uma intimação em seu portal. Logo, não se trata de uma intimação por e-mail, já que, a intimação se dá no portal, que nada mais é do que uma página de Internet, acessada mediante identificação do advogado.

Essa opção do legislador em extinguir as intimações por e-

mail, que até eram praticadas antes da LIP, foi bastante produtora e acertada, já que o correio eletrônico não é meio tecnicamente seguro para a prática de atos processuais. O envio de um e-mail não traz garantia plena de que será recebido pelo seu destinatário. Além disso, o mesmo depende de disponibilidade de espaço na “caixa de entrada” do mesmo, tratando-se de serviço geralmente fornecido por terceiro (Gmail, Hotmail, Yahoo!) e que foge ao controle do órgão judicial emitente. Além disso, o *e-mail* se equipara a uma correspondência aberta, já que o tráfego de seus dados na rede podem ser facilmente interceptados, alterados e novamente enviados, o que possibilitaria a um *cracker* enganar o destinatário da mensagem, alterando seu conteúdo para, por exemplo, fazer o advogado perder o prazo.

Por essas e outras razões, preferiu o legislador atribuir aos tribunais a responsabilidade em assegurar a integridade e autenticidade das intimações eletrônicas,

realizando as mesmas em portal próprio, certificado digitalmente, de sorte a garantir que a mensagem chegue ao seu destinatário. Como isso depende do acesso ao portal pelo advogado, criou-se também o prazo de dez dias para a leitura, resolvendo o problema da ausência de leitura.

Por isso, toda vez em que se falar em “intimação por e-mail”, comete-se erro crasso, que deve ser evitado, já que, induz à idéia de que a intimação depende do e-mail de aviso, o que não é verdade. O não recebimento deste e-mail, a priori, não gera nulidade da intimação. O recebimento deste e-mail com prazo diferente ou com erro no ato processual ali indicado, em tese, não gera nulidade da intimação. Trata-se de e-mail de “caráter informativo” (art. 5º, §4º, LIP) e suas consequências jurídicas ainda não foram analisadas pela jurisprudência, razão pela qual vale ainda a literalidade da lei.

**Samuel Cersosimo**  
Bacharel em Direito

AVISO – Os artigos para publicação nesta página devem ter, no máximo, 3.300 caracteres, incluindo os espaços entre as palavras.

INFORMES

■ **Refrigerantes** – O MPF em Minas Gerais instaurou inquérito civil público para investigar denúncia de que sete marcas de refrigerantes comercializadas no Brasil contêm benzeno, uma substância comprovadamente cancerígena. O alerta foi dado pela Associação de Consumidores Pro Teste.

■ **Fonte Nova** – O MP-BA propôs ação civil pública contra a Sudesb por descaso em solucionar os problemas estruturais do Estádio da Fonte Nova, onde, devido às más condições, houve o acidente do dia 25 de novembro de 2007.

■ **Lides** – A 2ª Vara do Trabalho de Feira de Santana condenou uma fábrica de autopeças a pagar R\$ 400 mil de indenização por danos morais coletivos por utilizar a Justiça do Trabalho, como

órgão meramente homologador de rescisão de contratos ou de acordos, por meio de lides simuladas.

■ **Correção** – Por 5 votos a 4, o STJ condenou a Eletrobrás a pagar a correção monetária sobre os empréstimos compulsórios recolhidos de empresas consumidoras de energia elétrica entre os anos de 1987 e 1993.

■ **Prescrição** – A família de um piloto de helicóptero morto em trabalho conseguiu o direito de pedir indenização 35 anos após acidente que o vitimou. A 4ª Turma do STJ aplicou a prescrição de 20 anos prevista no Código Civil e determinou o retorno do caso ao juízo de 1ª instância.

■ **Comunidade** – O projeto do MP estadual “MP Vai às Ruas” promove segunda-feira uma audiência pública em Cajazeiras para discutir com os

moradores os principais problemas enfrentados na comunidade. Em julho, o projeto atendeu 924 pessoas no local.

■ **Sessão** – O presidente nacional da OAB, Cezar Britto, conduzirá amanhã, em Brasília, a partir das 14 horas, sessão extraordinária do Conselho Pleno do órgão, composto de 81 conselheiros federais. Da pauta consta o julgamento de proposições de reforma de dois provimentos da entidade.

■ **ONU** – A ONU responderá na Justiça ação proposta por ex-empregada relativa a créditos salariais. No entender dos ministros da 8ª Turma do TST, não existe imunidade de jurisdição em causa de natureza trabalhista.

■ **Serviços** – Contratos para exploração de serviços públicos, como os de loteria, não

podem ser prorrogados indefinidamente. Esse foi o entendimento do ministro Mauro Campbell Marques, do STJ, em julgamento do recurso de empresa de gerenciamento e planejamento contra o Estado de Goiás.

■ **Leilão** – O leilão realizado pelo TRT-5 em Feira de Santana resultou em 75 arrematações, permitindo a arrecadação de quase R\$ 1,7 milhão, além de R\$ 730 mil em 35 acordos e pagamentos realizados antes de os bens irem à hasta pública.

■ **CNJ** – O CNJ nomeou o juiz de Direito Wilson da Silva Dias como novo juiz auxiliar da presidência do Conselho. O magistrado já está em Caruaru (PE) coordenando os preparativos para o Mutirão Carcerário de Pernambuco, que se inicia na próxima semana. Ele substituirá o juiz Paulo Tamburini.



REVISÃO

# “MUTIRÃO NÃO É CORREIÇÃO”

É o que diz juiz designado pelo CNJ para coordenar os trabalhos da Infância e Juventude no Mutirão Carcerário

O Mutirão Carcerário do TJ encerra a segunda semana de atividades com a análise de processos envolvendo 592 réus. A partir de segunda-feira entram em pauta os processos das 1ª e 2ª Varas Criminais Especializadas da Infância e Juventude, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Vara de Auditoria Militar, das 1ª e 2ª Varas Sumariantes do Júri e das 1ª e 2ª Varas do Júri.

Designado pelo CNJ para coordenar em diversos Estados os trabalhos da Infância e Juventude no Mutirão Carcerário, o juiz de Direito da Vara da Infância e Juventude de Uberaba (MG), Nicolau Lupianhes Neto, acha importante ressaltar que “o Mutirão não é correição, nem inspeção ou fiscalização, mas uma parceria entre o TJ e o CNJ no sentido de rever os processos para uma análise”.

O juiz Nicolau Lupianhes visitou na quinta-feira as unidades

de cumprimento de medidas socioeducativas em regime de restrição de liberdade, de internação provisória e de semiliberdade. Acompanhado do juiz corregedor do TJ Antonio Cunha e do diretor da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac), Walmir Mota, o magistrado esteve nos Centros de Atendimento Socioeducativo (Case) de Salvador e Simões Filho (Juiz Melo de Matos) e em Feira de Santana (Projeto Recomeço).

Dentre os aspectos positivos ele destacou a dedicação e qualificação da equipe interdisciplinar da Fundac e a construção em Feira de Santana de uma nova unidade para internação, que deverá ficar pronta no início de 2010. Do relatório do juiz consta ainda a informação de que o Case de Salvador, que atende 217 jovens de 12 a 21 anos, precisa de uma intervenção na estrutura física. Já as unidades de Feira de Santana estariam com uma quantidade de jovens aquém da capa-



Juiz Nicolau Lupianhes Neto: parceria para rever os processos

cidade normal. Embora admita que todo Estado tem suas peculiaridades, o juiz designado pelo Conselho para coordenar os trabalhos da Infância e Juventude no Mutirão Carcerário afirma que o ato infracional de adolescente, em todo o País, tem características semelhantes. Segundo ele, fatores como a desestruturação familiar e o envolvimento com drogas influenciam na questão. “Além da falta de referência numa sociedade extremamente materialista”, acredita. O Mutirão Carcerário atende à Resolução 66 do CNJ, publicada em janeiro deste ano, e objetiva reexaminar, a pedido ou ex-officio, todos os processos de presos provisórios e condenados e dos internos ou cumpridores de medidas socioeducativas das Varas da Infância e Juventude. ■

EXPOSIÇÃO



A mostra passou por São Paulo

## Próxima parada: Porto Alegre

A Exposição Itinerante do IV Centenário do Tribunal de Justiça da Bahia, desde o último dia 6 no TJ-SP, quando foi aberta pela desembargadora Maria da Purificação da Silva, representando a presidente Sílvia Zarif, seguiu para Porto Alegre (RS), onde será aberta no dia 19, às 18 horas. Depois, vai a Brasília, Belo Horizonte, Belém, São Luís e Lisboa (Portugal), até o final do ano.

Promovida pelo Tribunal de Justiça, em parceria com o CNJ, como parte da programação das

comemorações dos 400 anos de instalação do Tribunal da Relação do Estado do Brasil, a mostra traz imagens da história do TJ desde o século XVII, com reproduções de documentos e fotos de objetos antigos e prédios da Justiça baiana. Os registros foram feitos pelos fotógrafos Nei Pinto e Gláucio Dettmar. O documento mais antigo retratado é a folha de rosto do segundo Regimento do Tribunal da Relação, quando foi reinstalado em 1652.

O Tribunal de Relação foi criado em 1609, mas ficou sem funcionar durante o período da

invasão holandesa ao Brasil. Do Tribunal da Relação destacam-se ainda imagens de sua primeira sede, na encosta onde hoje está o Elevador Lacerda, vista da Baía de Todos os Santos.

Há outras preciosidades tratadas, como um pergaminho em árabe relativo à revolta mulçumana dos malês, cartas de alforria e salvo-condutos para escravos, de sinetas de convocação de desembargadores para as sessões plenárias desde o Brasil Colônia e reproduções de quadros de Teixeira de Freitas e Ruy Barbosa. ■

Liene Dias/TJ-SP

Diego Mascarenhas